



Acampamento Rodovia 463, Wilmar Villalba Ortiz

O genocídio silencioso de um povo

Atualmente, o Mato Grosso do Sul é o segundo maior Estado brasileiro em número de indígenas. No entanto, quando entra em jogo o fator qualidade de vida dos povos indígenas, a realidade é bem diversa. Só em 2010, dos sessenta assassinatos de indígenas em todo o País, 57% aconteceram no MS. Essas mortes são provocadas pela violência crônica, ocasionada pelo confinamento a que esses povos é submetido. Somente na cidade de Dourados (MS), onde vivem mais de catorze mil indígenas, ocorreram dezesseis assassinatos. Esses números levaram Deborah Duprat, vice-procuradora geral da República, a qualificar tal situação como alarmante. “Dourados é talvez a maior tragédia conhecida na questão indígena em todo o mundo”. Lá morrem mais pessoas assassinadas do que em países em estado de guerra, como o Iraque.

A realidade indígena presente no MS é bem diferente daquela pensada pelo senso comum da população brasileira, seja por desinteresse e desconhecimento, seja

pela falta de acesso a informações, seja simplesmente por achar que todos os povos indígenas no País vivem de forma semelhante aos que estão no Xingu. A situação indígena sul-mato-grossense vem mostrar que, infelizmente, a realidade é outra. Na região, os povos indígenas estão, em sua maioria, vivendo em acampamentos ou aglomerados dentro de reservas que não suportam a quantidade de pessoas existentes. Nas aldeias de Jaguapiru e Bororó, em Dourados, há legalmente 3,6 mil hectares de terras para catorze mil habitantes. Algumas tribos estão confinadas a áreas que não atingem 0,5 hectare. Daí a urgente necessidade de demarcação territorial, o que, certamente, não atende aos interesses de grandes fazendeiros e latifundiários da região, que entram em conflito com os índios por terras. Nessa disputa, muitos índios são mortos e os que sobrevivem são expulsos. A perda de importantes integrantes das tribos, a expulsão de suas terras ou o confinamento em áreas cada vez menores elevam outras estatísticas igualmente terríveis, como exploração do trabalho indígena, uso de drogas e álcool, suicídio entre os jovens, mortalidade infantil, desnutrição e outras doenças em geral.

Segundo levantamento do Conselho Indigenista Missionário (Cimi, organismo de caráter religioso e missionário ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB), nos últimos oito anos, ►

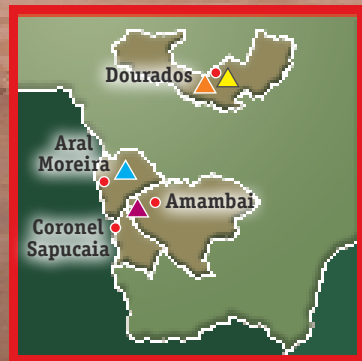


Acampamento Kurusu Ambá, Wilmar Villalba Ortiz

constatou-se no MS um elevado índice de desnutrição em cerca de quatro mil crianças. Considerando-se apenas o ano de 2003, a taxa foi de 93:1.000 crianças que morreram vítimas da desnutrição, ou seja, a cada mil mortes, 93 foram causadas por desnutrição. Em 2005, a taxa de mortalidade por desnutrição aumentou a ponto de atingir índices históricos.

Além da violência física, há também uma violência psicossocial, que dizima a autoestima das sociedades indígenas: o preconceito infligido pela população branca das cidades vizinhas ao acampamento. Ao entrar em determinados estabelecimentos ou aglomerados de pessoas, os índios são alvos de olhares e comentários maldosos que evidenciam a discriminação, a rejeição, a indiferença. O preconceito é uma forma de anular o outro em sua alteridade. É um modo de destruí-lo, de desvalorizá-lo, de envergonhá-lo, de matá-lo em sua dignidade pessoal e cultural.

Para que se possa compreender um pouco mais sobre a questão de embate e confronto em relação às populações indígenas, é necessário voltar um pouco no tempo, até o ano de 1870, quando as terras da região pertenciam ao Paraguai. Foi só após a Grande Guerra que elas passaram a ser brasileiras. A nova delimitação avançou cerca de quatrocentos quilômetros para dentro do espaço, até então, paraguaio. Os indígenas que moravam nessas terras apoiaram o Brasil, mas, após um tempo, a política



nacional de ocupação do território em direção ao centro do País, com o objetivo de desenvolver e povoar o interior, iniciou o processo de migração sistemática da população rumo ao centro e ao norte de nossa nação.

Com essa finalidade, em 1943, o governo de Getúlio Vargas (1882-1954) investiu em propaganda e projetos, nos quais muitos colonos, migrantes e grupos familiares de várias regiões foram atraídos para o Centro-Oeste brasileiro. Eram incentivados, nesse caso específico, pela criação da Colônia Agrícola de Dourados. Vale ressaltar que essas terras pertenciam aos índios. A disputa por posse e território instaurou-se de forma crônica: indígenas e brancos passaram a se considerar inimigos. Os novos proprietários questionavam a presença dos índios nas terras que adquiriram de forma legal e queriam a transferência deles. “Muitos vieram para a região no bojo de projetos de colonização, promovidos pelos governos estadual

e federal e receberam os títulos dos mesmos governos em momentos históricos distintos”, explica o historiador Antônio Brand.

Para “solucionar” o problema, foram criadas reservas indígenas, cuja função era unicamente ser um depósito de índios que incomodavam os proprietários de terra. Onde havia indígenas, o governo retirava-os e os encaminhava para alguma dessas reservas. Esse processo acabou reunindo várias etnias distintas em um mesmo espaço, as quais teriam de conviver, apesar das culturas, costumes e línguas diferentes. São oito reservas com uma densidade demográfica elevada, um verdadeiro aglomerado humano, espremido por todos os lados. Somente na reserva de Dourados foram identificados 44 grupos indígenas diferentes dividindo o mesmo espaço; é como se fossem 44 aldeias em uma só. Daí começaram a aumentar os terríveis índices e as taxas elencadas

no início da matéria. A violência também ocorre nas reservas, mas isso não poderia ser diferente, uma vez que as tribos estão confinadas por razões impostas internamente!

Segundo registros do Ministério Público do Estado, ocorreram 145 assassinatos para cada 100 mil habitantes no Mato Grosso do Sul, e esse índice já é altíssimo em relação à média nacional, que é de 24,5 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes. Só para se ter uma ideia, o índice de homicídios nas aldeias de Dourados é 495% maior que a média nacional. As dificuldades de convivência nas reservas e a busca pelo direito de voltar para o *Tekoha* (terra de origem, onde estão suas raízes históricas) têm feito que muitas das famílias se refugiem nas florestas, vivam em acampamentos nas fazendas ou à beira das estradas. Essa justa vontade de retorno tem sido outra fonte geradora de conflitos, pois remete naturalmente ao legítimo direito dos indígenas à sua terra. De um lado, estão os fazendeiros, latifundiários munidos de documentação; de outro, estão os índios, que foram expulsos pelo governo e vêm realizando as campanhas de “retomadas” de terras, com objetivo de reavê-las.

Para resolver o antigo conflito, os índios e seus defensores exigem a demarcação da terra, garantindo assim que tenham seus direitos resguardados e possam retornar em segurança, mas isso tem sido lento demais. O início do processo de demarcação dá-se por meio da identificação e da delimitação das terras e das tribos sob a responsabilidade de um grupo de trabalho, composto por técnicos da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e da Secretaria Estadual de Terras. Vale ressaltar que, nesse modo de ação, há o envolvimento da comunidade indígena em todas as subfases da identificação e delimitação da terra a ser administrativamente reconhecida. O grupo de técnicos realiza os levantamentos em campo, centros de documentação, órgãos fundiários municipais, estaduais e federal e em cartórios de registro de imóveis, para a elaboração do relatório circunstanciado

Onde havia indígenas, o governo retirava-os e os encaminhava para alguma dessas reservas. Esse processo acabou reunindo várias etnias distintas em um mesmo espaço, as quais teriam de conviver, apesar das culturas, costumes e línguas diferentes



Acampamento Guayvirí, Witmar Vilaíba Ortiz

de identificação e delimitação da área estudada. Com base nesse estudo, a terra é declarada, por ato do ministro da Justiça, de ocupação tradicional do grupo indígena especificado, indicando superfície, perímetro e seus limites. Após a declaração, determina-se a demarcação física, para posterior homologação pelo presidente da República.

De acordo com informações obtidas com lideranças indígenas e representantes do Cimi, o processo na região sul do Estado possui seis grupos de estudos, e as terras já foram localizadas, apenas estão aguardando a publicação da Funai, que deveria ter acontecido em outubro, mas até o momento não foi feito. A demora na demarcação faz aumentar o número de retomadas e de relatos de violência provocados por reações a essas retomadas. Seguindo por estradas do MS, pode-se ver de perto essa realidade alarmante, causada pela demora na resolução. Nosso primeiro contato foi feito com

o acampamento Passo Piraju (em Dourados), localizado no interior de uma propriedade. Os índios que lá estão sofrem o descaso das autoridades. Conversando com eles, tomamos conhecimento de sua história peculiar.

De acordo com relatos dos índios, após a retomada da *Tekoha*, o grupo sofreu um ataque. Homens chegaram atirando, deixando dois mortos. Depois do ocorrido, descobriu-se que os “homens” eram policiais à paisana, contratados para retirar os indígenas do local. Durante a ação, dois policiais morreram (um deles atingido pela arma do próprio companheiro), e a responsabilidade pela morte do segundo recaiu sobre o cacique da aldeia, que hoje vive em uma espécie de prisão domiciliar, na verdade, em uma delegacia construída dentro do acampamento.

O cacique Carlito, de 77 anos, relata-nos sua história e defende-se da acusação. Com os olhos marejados de lágrimas, o velho índio deixa transparecer que, mesmo estando em suas terras, próximo da natureza e do seu povo, há a tristeza de não ter sua tradição de volta, nem seu modo de vida anterior. Ele conta com riqueza de detalhes a história de uma época em que só se falava o idioma Guaraní e eram mantidas as tradições. Em 1957, o cacique e sua família foram expulsos a tiros das terras onde viviam, apenas com a informação de que tinham de deixar o local. Passados alguns anos, eles resolveram sair da situação degradante das reservas e retornar ao antigo local. Na ocasião, ocorreu o episódio do tiroteio: “Quando era menino, eu não achava que ia chegar a essa idade com tristeza, porque para todo lado que a gente olhava conseguia alimento, mas hoje não é assim. E ainda inventaram que matei um homem. Ele morreu injustamente, mas não fui eu que tirei o sangue do meu irmão (policial). Deus me olha e sabe que a palma da minha mão não está ensanguentada”, defende-se.

Atualmente o cacique não pode caçar nem pescar à noite, porque, segundo contou, costuma ouvir muitos tiros vindos de dentro das plantações. Além de estar à espera das demarcações, ele sonha ver seu povo morando ▶

nas próprias terras e podendo se alimentar do próprio plantio. Essa vontade pode ser vista em todos os acampamentos por que passamos. Todos pedem a demarcação de terra para viverem em paz, retirando da natureza o próprio sustento. Os índios não querem mais depender da cesta básica enviada pelo governo, a qual, por sinal, nem sempre chega no dia combinado.

A sensação de insegurança aumenta nos pedidos de socorro, um clamor que nem sempre chega aos ouvidos da população. Na BR-463 (Dourados), encontramos famílias de índios morando à

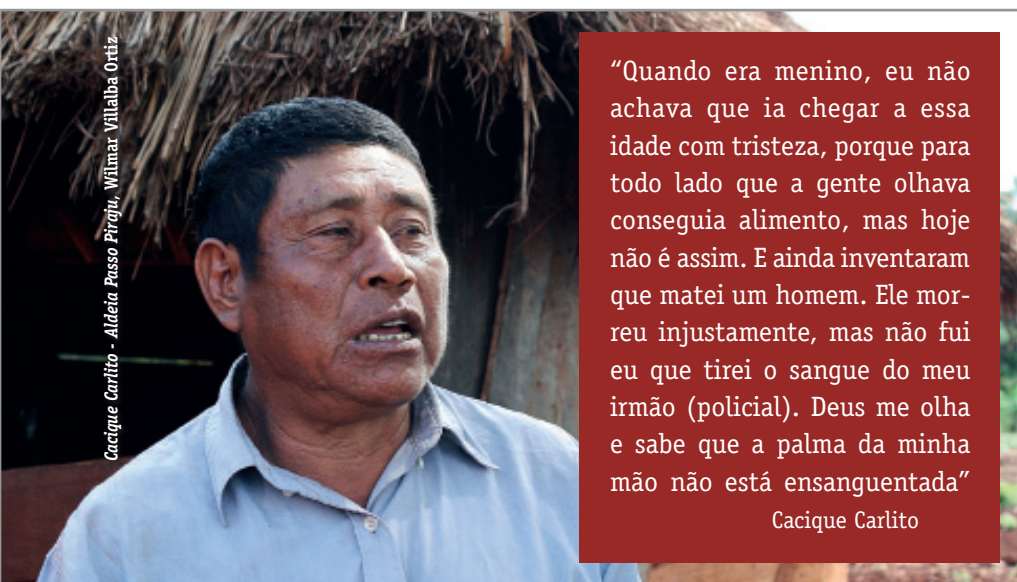
olhar triste e profundo. Apesar de tudo, não lhe faltam coragem e determinação para lutar por sua terra e poder dar uma vida melhor a seus filhos e netos. Talvez o olhar seja a única forma de distinguir os Kaiowá-Guarani que estão dentro e os que estão fora de seu *Tekoha*.

Na aldeia Guayviriy (em Aral Moreira), pode-se notar essa diferença. Para chegar até o local, é necessário atravessar um canavial. Assim que nos viram, os índios vieram receber-nos com grande alegria. As crianças logo se aproximaram e começaram a brincar de roda, mostrando com orgulho sua cultura Guarani.

meu pai, chamando-o dentro da mata. Pegamos nossas armas (machadinhas) para nos defender, mas de nada adiantou, porque logo começaram a atirar. Um tiro pegou na cabeça, outro na garganta e outro na coxa de meu pai. Vi muito sangue, ele ficou tonto e caiu, dizendo: ‘Valmir, fique firme e cuide bem de meus netos’. Tentamos continuar a briga, mas ele pediu para que a gente fugisse e eu voltei para o acampamento”, relata. Depois disso, apareceram alguns carros com placas tampadas por papelão. Um dos homens disse para não matar mais índios. Foi então que levaram o corpo de seu pai para dentro da caminhonete e ele nunca mais foi visto. O jovem índio emociona-se ao nos levar ao local onde diz ter visto seu pai cair ensanguentado.

Mesmo tendo o direito de permanecer no local, eles não são respeitados e sentem muito medo. Genito, irmão de Valmir, chegou ao *Tekoha* um dia depois do desaparecimento do pai e diz que dentro do acampamento, por enquanto, estão seguros, mas sempre que saem para pegar o ônibus sofrem algumas ameaças. Ele reclama também da falta de material escolar para as crianças e de não poder plantar ou caçar para prover o próprio sustento. O desaparecimento de Nísio é o caso mais recente de violência externa contra indígenas na região. Sobre isso, Thiago dos Santos Luz, procurador da República, informou que a Polícia Federal havia concluído o inquérito sobre o seu desaparecimento, porém o Ministério Público Federal solicitou novas diligências para levantamento de outras provas.

No acampamento Kurusu Ambá, divisa de Coronel Sapucaia com Amambai, encontramos várias pessoas com marcas de violência corporal. Alguns ainda têm cicatrizes deixadas pelos projéteis de munição durante as desocupações. Certa ocasião, os homens que foram retirá-los das terras iam chamando cada um pelo nome para que entrassem no ônibus, ameaçando-os, munidos de armas. Após a resistência de alguns, eles passavam a atirar, baleando mulheres, crianças e adultos. Foi nessa aldeia onde mais encontramos prejuízos, causados pela demora no processo de demarcação: pessoas feridas, presas,



Cacique Carlito - Aldeia Passo Pirajú, Valmir Vilalba Ortiz

“Quando era menino, eu não achava que ia chegar a essa idade com tristeza, porque para todo lado que a gente olhava conseguia alimento, mas hoje não é assim. E ainda inventaram que matei um homem. Ele morreu injustamente, mas não fui eu que tirei o sangue do meu irmão (policial). Deus me olha e sabe que a palma da minha mão não está ensanguentada”

Cacique Carlito

beira da estrada, em barracos feitos de lona. Por estarem nesse local, o risco de acidentes é grande. Em 2011, o índio Sidney morreu atropelado na rodovia. Sua mãe, dona Damiana, de 65 anos, cacique do acampamento, levou nossa equipe até o local onde ele está sepultado. Assim como mandam as tradições indígenas, o rapaz foi enterrado nas terras onde estão seus ancestrais. Terras que ficam do outro lado da rodovia em frente ao acampamento.

Vivendo em uma situação de miséria e abandono, dona Damiana conta um pouco de sua trajetória e relata também ter sofrido com a violência que assola seu povo. “Estamos aqui há catorze anos. Nesse tempo, um avião voou baixinho aqui, jogando veneno em cima da gente. Na primeira vez que passaram, minha tia morreu envenenada”, diz com

Segundo Valmir Gonçalves Cabreira, de apenas 33 anos, ele e seu irmão Genito se tornaram caciques após o sumiço do pai, Nísio. Como tantos outros, eles foram retirados de suas terras e levados para aldeia de Amambai. A terceira e última retomada aconteceu em novembro de 2011: “Logo que chegamos aqui, nos chamaram para dentro da mata, e nós fomos. Conversamos com o fazendeiro e outras pessoas que estavam com eles. No outro dia, chegaram aqui alguns carros, perguntando se tínhamos declaração da terra e outros documentos. Nós tínhamos tudo, mas mesmo assim notávamos que éramos vigiados e analisados por pessoas o tempo todo. Muitas vezes, queriam conversar para convencer a gente a sair de nossa terra novamente, mas meu pai não aceitava, pois aqui é nosso *Tekoha*. Passados alguns dias, voltaram e procuraram



Guerreiro, Acampamento Kuru Ambá



Acampamento Guayvirí



Acampamento Guayvirí



Acampamento Kuru Ambá



Menino Guarani-Kaiowá, acampamento Kuru Ambá

mortas, lideranças impossibilitadas de retomar e crianças mortas por desnutrição.

Atualmente, a comunidade tenta viver em paz nas terras reconhecidas judicialmente como suas. Já são quatro anos de luta e dor, principalmente pela perda de Xurite Lopez, líder espiritual assassinada durante uma desocupação forçada. A ausência dela é uma marca ainda muito presente em todos os seus descendentes, que clamam por justiça. “Entraram para fazer despejo e ela estava rezando, quando os ‘pistoleiros’ atiraram. Ela nos dizia que iria morrer para ganhar a terra para nós. Pedi que não desistíssemos de lutar até o fim. Xurite morreu aos 72 anos e era rezadora desde criança”, conta uma de suas filhas.

Segundo os indígenas, na ocasião, chegaram muitos automóveis. Assim que reconheceram Xurite e seu marido, os homens atiraram para matá-la, levando seu corpo para outro local. Outras mortes já haviam ocorrido no acampamento pelos mesmos motivos. Por isso, o povo indígena pede que o governo atual olhe por eles e os auxilie na demarcação de terras e nas

necessidades pelas quais estão passando. “As lutas Guarani têm mais de trinta anos; nesse tempo, estamos batendo na tecla da demarcação da terra. No governo Lula, não houve nenhuma demarcação. Agora estamos com muita esperança nas publicações da Funai para que isso aconteça, porque nossos recursos são muito escassos”, diz Ismarte Martínez, professor. Tônico Benitez, liderança indígena, também sofreu com a violência durante a retirada de sua família das terras. “Dos quatro ataques sofridos, dois foram de fazendeiros e dois de ações de despejos da Justiça pela reintegração de posse”, relata.

Questionados sobre o andamento das demarcações das terras indígenas em Dourados e Amambai, representantes da Funai responderam que, até o momento, foram identificadas três terras indígenas que estão em fase de estudos: Apapeguá, Dourados-Amambaipegua e Iguatemipeguá. As demais estão homologadas, isto é, regularizadas, com processo concluído. O órgão complementa dizendo que, após a conclusão dessa etapa, aprovado o estudo de identificação e delimitação

(que ainda não é a demarcação), este será enviado ao Ministro da Justiça, que poderá declarar a terra como de ocupação tradicional do grupo indígena, devolvendo-lhes a posse e propriedade.

Eliseu, liderança indígena Kaiowá-Guarani e representante de seu povo em Brasília, explica que há terras que foram homologadas e demarcadas, mas mesmo assim os indígenas não as estão usando. “Nós não queremos qualquer fazenda ou todas as fazendas, como podem pensar. Queremos apenas o local onde nossos ancestrais viveram. Apenas o espaço que era nosso”, conta.

Atualmente, dos quinze processos que tramitam no Superior Tribunal Federal, doze foram movidos por representantes do Mato Grosso do Sul. Solucionar esse problema não é tão simples quanto parece, porque os fazendeiros têm seu direito garantido pela Constituição Federal, ou seja, são donos legítimos e escriturados pelo Estado. Suas terras não foram adquiridas por meio de uma ocupação de área invadida, de terra devolutiva ou tomada de qualquer grupo indígena. ▶

“Existe efetivamente um conflito aberto entre os direitos indígenas, claramente explicitados nas Constituições Federais, desde 1934, e os títulos nas mãos dos fazendeiros dados pelo governo. De acordo com os estudos que realizei, posso afirmar que a origem desse conflito está na sistemática omissão e conivência dos governos diante do esbulho das terras indígenas. Ou seja, ele se originou da omissão dos governos, a quem cabia o dever de garantir as terras indígenas. Foram esses mesmos governos que, ignorando o que estava claramente disposto nas diversas Constituições, emitiram os títulos hoje nas mãos dos fazendeiros. Cabe aos governos, estadual e federal, a obrigação de resolver esses conflitos, sem atropelar, novamente, os direitos dos primeiros ocupantes dessas terras, os povos indígenas”, diz Brand.

Diante da situação, a Igreja Católica promove na região ações para amenizar a crise, como nos conta dom Redovino Rizzardo, que recentemente entregou um levantamento da situação indígena local à CNBB. Atualmente, existem duas freiras franciscanas que trabalham com mulheres e crianças indígenas em Amambai, uma religiosa responsável por uma escola indígena

em Caiapó e duas freiras e um padre que trabalham com autossustentabilidade na reserva indígena de Dourados.

O Ministério Público possui um papel muito atuante nas questões que envolvem os indígenas na região. Isso é confirmado por Marco Antônio Delfino de Almeida, procurador da República em Dourados: “Uma questão muito grave e talvez pouco divulgada é que, na Amazônia, o governo brasileiro limita terras indígenas para proteção dessas comunidades. Na questão Guarani, o que ele fez? Retirou sistematicamente os indígenas do seu território e colocou-os no novo local. De

Ao longo dos anos, os indígenas do Mato Grosso do Sul vêm lutando a todo custo por sua sobrevivência e para deixar vivas suas raízes e tradições. Uma luta contra o descaso e o esquecimento das promessas não cumpridas, cujos motivos podem ser a demora burocrática brasileira ou até mesmo o desinteresse

forma sistemática, os índios voltavam e eles retiravam. Tanto que diversos indígenas foram presos sobre a acusação de quererem voltar para seu território. Se repetir tal processo hoje, o governo brasileiro seria julgado por crime contra a humanidade. Porque, entre os crimes contra a humanidade, está o ato de retirar populações de seus territórios por motivo não previsto no direito. Pode-se retirá-los por vários motivos, menos pelo fato de os fazendeiros mandarem uma carta dizendo que há índios dentro de suas terras e pedindo sua retirada. O governo brasileiro cometeu um ato extremamente grave, que precisa ser reparado. A forma correta disso

é com a devolução da dignidade das comunidades, de maneira mais rápida. Tal discurso de prioridade existe há muito tempo”, conclui.

Ao longo dos anos, os indígenas do Mato Grosso do Sul vêm lutando a todo custo por sua sobrevivência e para deixar vivas suas raízes e tradições. Uma luta contra o descaso e o esquecimento das promessas não cumpridas, cujos motivos podem ser a demora burocrática brasileira ou até mesmo o desinteresse. No fundo, sabe-se que a real intenção da sociedade de ontem e de hoje é de torná-los civilizados, pois, vivendo em seu modo de produção artesanal, os índios não geram lucro, como a sociedade capitalista impõe. Logo, segundo a mentalidade utilitarista de certas pessoas, eles não merecem existir, pois, além de não gerarem lucro, atrapalham a vida dos outros. Eis a razão do silencioso e cruel genocídio que vem acontecendo há séculos no País, sob nossos olhos. A questão indígena é um problema sério e exige uma solução urgente!

Leia na íntegra a entrevista concedida por Marisvaldo Zeuli, presidente do Sindicato Rural de Dourados, ao MSA, em nosso site: www.omensagemiro.org.br

Sandra Alves
Repórter



Arquivo pessoal

